

Laís Mônica Reis Ferreira. Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial, 1933-1937. Salvador, Edufba, 2009. 140 p. ISBN 978-85-232-0568-3.

Tornou-se clichê para os historiadores dedicados ao estudo do Integralismo iniciar seus textos com comentários acerca do “boom” de pesquisas dessa temática, ocorrido nos últimos 20 ou 30 anos. Para não incorrerem na mesmice, talvez seja possível observar que, no interior dessa explosão de toda sorte de monografias acadêmicas sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e seus derivados (PRP, neo-integralistas, etc.), o que temos notado é a proliferação de estudos que podem ser enquadrados em dois grandes eixos: (1) aqueles que se dedicam a aspectos da ideologia e das práticas gerais do Integralismo; (2) e aqueles que se debruçam sobre o entendimento do fenômeno em um plano local ou regional. Unindo as duas vertentes, temos também, em um período mais recente, trabalhos que focam aspectos “recortados” do ideário e das práticas da Ação Integralista inseridos em um contexto regional.

Com obviedade, essa “especialização” segue também uma tendência geral da historiografia dos séculos XX e XXI. Entretanto, por mais retalhados que esses estudos sejam, eles têm enriquecido grandemente a compreensão da mediação política da AIB nas diferentes regiões de um país de proporções continentais e realidades distintas.

Creemos ser o livro de Laís Mônica Reis Ferreira um desses casos que unem os dois enquadramentos supracitados dos estudos recentes do Integralismo. Derivado de uma dissertação de

mestrado defendida na UFBA, o livro *Integralismo na Bahia: Gênero, Educação e Assistência Social em O Imparcial 1933-1927* traz um esclarecimento das concepções e ações da AIB nos eixos temáticos mencionados no título, contribuindo para um entendimento maior do fenômeno no âmbito estadual. Seu ponto de partida e sua referência maior é um periódico oficioso do movimento, que por cinco anos se fez seu porta-voz local: *O Imparcial*, cujo nome contraria sua própria essência.

Como é costumeiro entre os pesquisadores da AIB, logo na introdução, a autora mostra de forma básica as principais matrizes interpretativas do fenômeno integralista no plano nacional, bem como os principais traços do movimento, considerados minimamente consensuais na historiografia. Para aqueles não introduzidos no tema, a téttrade de trabalhos clássicos sobre Integralismo (Trindade, Chasin, Vasconcelos e Chauí) – que não conta com nenhum historiador – aparece de forma sucinta e acessível.

A trajetória geral do Integralismo na Bahia também é contemplada no início do texto. A historiadora tenta aclarar as imbricadas relações de poder em funcionamento na Bahia dos anos 1930, mostrando em que medida os integralistas se aproximavam ou se afastavam das forças políticas e sociais locais.

De forma clara, a pesquisa identificou a significativa expansão do movimento nos círculos estudantis baianos, numa

disputa ideológica acirrada com outras correntes em voga no período, como o socialismo, o comunismo e o liberalismo. Da mesma forma como ocorria em outras localidades do país, por vezes os confrontos com a esquerda se materializavam em conflitos violentos, como o episódio, descrito ainda na introdução, do confronto entre a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e os integralistas em Salvador, no momento da fundação da primeira (em maio de 1935).

Uma das especificidades do “integralismo baiano”, segundo Laís Mônica, encontra-se na proporção com que o partido se espalhou pelo interior do estado, entendido como um interior ruralizado. O fato de a AIB ter se expandido mais nessas regiões em detrimento da capital colocaria essa província integralista como uma exceção nacional. Nas palavras da autora, a Bahia vai “na contramão de estudos que apontam a AIB como um movimento basicamente urbano” (p. 27).

Aqui nos parece um tanto confusa a relação entre os termos “interior”, “rural” e “urbano”, para o entendimento dessa possível discrepância. A expansão integralista no interior baiano, como a própria autora nos mostra, se dá por meio da fundação de núcleos e distritos em municipalidades; em outras palavras, em concentrações urbanas, e não em fazendas ou regiões rurais inóspitas.

A despeito da abundância de nomes de indivíduos, tanto integralistas quanto políticos locais, sem uma descrição mais detalhada (necessária para leitores sem prévio conhecimento da política local), após a leitura passamos a entender, grosso modo, o lugar do integralismo no jogo político estadual.

Na Bahia, a AIB encontrava-se inserida entre a base governista local (PSD), na pessoa do interventor anti-integralista Juracy Magalhães, e a Concentração Autonomista (grupo de políticos não muito estranhos ao perfil da base governista, mas de uma parentela diferente). Estes últimos mantinham, em relação ao Integralismo, uma distância pragmática: algumas aproximações se davam de forma isolada, muito mais em virtude do antijuracisismo do que de uma adesão política.

O crescimento assustador dos camisas-verdes no Estado está entre as razões, debatidas pela historiografia com a qual a autora dialoga, para a precoce repressão à AIB. No seu ponto máximo – o ano de 1936 –, o governo local colocou o partido na ilegalidade em todo o Estado, sob a suspeita de um plano subversivo. Voltaria a funcionar, sob decisão judicial, por um curto período – entre julho e dezembro de 1937 –, até ser extinta pelo decreto instaurador do Estado Novo. Nesse ponto, seria interessante uma breve comparação com outra província integralista que passou pela mesma intempérie, no mesmo período. A *Província do Paraná* teve seus núcleos fechados em 1936 e reabertos em 1937, em virtude da ação direta do governador Manoel Ribas, que via na AIB uma ameaça ao poder varguista local (o PSD).

No primeiro capítulo, intitulado “Imprensa e Integralismo”, a autora localiza o periódico *O Imparcial* na história da imprensa e no contexto político baiano. Salientando o fato de ser um jornal de notícias que se converteu em porta-voz do movimento, Laís Mônica apresenta os caminhos de aproximação e distanciamento em relação à AIB percorridos pelo perió-

dico, nos anos 1930 e 1940. Coadunando-se com os responsáveis pela linha editorial, que por sua vez mantinham particulares relações com os poderes nacional e local, *O Imparcial* passou por uma fase pró-integralista (1933-1937) e uma fase anti-integralista (1937-1945).

A respeito dessa primeira fase, o livro apresenta a múltipla tipologia das matérias de propaganda sustentadas pelo jornal, desde pequenas notas até seções inteiras sobre, por exemplo, o trabalho dos integralistas junto aos universitários baianos (p. 53). Infelizmente, a autora não disponibilizou reprodução alguma do jornal para que o leitor pudesse ter contato visual com um periódico de circulação geral, direcionado politicamente para veiculação do Integralismo.

Quanto aos conteúdos de propaganda integralista difundidos nessa fase, pouco se acrescenta ao leque de estratégias discursivas da AIB utilizadas em todo o País: enaltecimento do movimento e seus líderes, notícias sobre sua expansão (real ou imaginária), veiculação da ideia de consenso popular ou aceitação ampla do Integralismo, propagandas dos regimes fascistas europeus e, sobretudo, propaganda anticomunista. A particularidade do caso baiano parece residir na ênfase em ações educacionais e assistenciais da AIB, aspecto trabalhado no último capítulo, mas não explorado como especificidade pela autora.

Após uma crise financeira e uma mudança na direção editorial do periódico, configurou-se uma nova fase, após 1941, declaradamente antifascista e anti-integralista, inclusive contando com comunistas de peso na redação, como Jorge Amado.

No segundo capítulo, cujo tema é o lugar da mulher no movimento integralista, o texto inicialmente mapeia com propriedade o cenário cultural baiano e a inserção da mulher nos espaços a ela reservados (p. 75-76). Mostra também como a imprensa refletia uma opinião patriarcalista, em que a mulher se inseria no espaço do lar, como guardiã da boa educação e avessa aos espaços públicos.

Coadunando-se com esse “ambiente”, a AIB sustentava papéis específicos para as mulheres dentro do movimento, em especial nas atividades educacionais e assistenciais. Associando a figura feminina a uma série de atributos “inatos”, como obediência, pudor, altruísmo, maternidade, etc., o discurso integralista rechaçava a “mulher soldado” (nas palavras de Plínio Salgado), ou seja, aquela imbuída de funções e atributos masculinos.

No terceiro capítulo, a autora apresenta análises pontuais do discurso de *O Imparcial*, referentes às ações destinadas às mulheres: a educação e a assistência social. Em virtude do alto índice de analfabetismo, de carestia e das calamidades que sofria o estado da Bahia, a AIB concentrou esforços (físicos e discursivos) no intuito de demonstrar a falha da democracia liberal nessas áreas e a “salvadora” ação dos camisas-verdes como solução para o Estado. Apresentando uma imagem de guardiões da educação e do assistencialismo, os integralistas almejavam alimentar uma representação positiva do movimento, cujo nacionalismo altruísta seria a ponta de lança.

Depois de percorrermos os motes dos capítulos do livro, cabe aqui uma reflexão geral sobre a análise da autora no

microrrecorte temático e espacial eleito para a obra, ou seja, as questões de gênero e, a elas intrinsecamente ligadas, as práticas educativas e assistencialistas da AIB na Bahia.

É sabido que o Integralismo atribuía à mulher um papel biologicamente determinado, de caráter mariano, que alimentava a figura maternal da docilidade feminina, do cuidado com o lar e do esteio da casa cristã. Assim, como mostram as pesquisas de Lídia Possas, a mulher integralista não poderia se entregar nem à frivolidade da feminilidade moderna, da luxuosa “boneca de cabecinha vazia” (nas palavras de Salgado), muito menos à atitude de “mulher-macho”, aquela que buscava o igualitarismo entre os sexos na ocupação dos papéis masculinos.

Contudo, no Integralismo, a “rainha do lar” ganhou uma blusa verde e foi às ruas. Na observação dessa questão, Laís Mônica foi feliz em perceber, a partir do periódico *O Imparcial*, que existia uma contradição implícita nos discursos e práticas integralistas em relação à mulher: ao mesmo tempo em que o movimento a incentivava a frequentar uniformizada os espaços públicos, restringia suas ações àquelas destinadas à mulher pelo imaginário social católico.

Sem dúvida, como o texto aponta, muitas das ações praticadas pelas militantes, tanto na alfabetização e na educação em geral quanto na assistência social, revestiam-se de patriotismo e de dever cristão, antes de terem uma conotação política (fato que interessaria somente às cabeças masculinas do partido). Não obstante, cabe aqui questionar se algumas dessas mulheres que vestiam a blusa verde e se integravam ao estereótipo feminino do Integra-

lismo não o faziam por enxergar aí a possibilidade de subversão da própria ordem cultural estabelecida. Manifestações dessa dimensão subjetiva poderiam demonstrar, ou não, em que medida essas mulheres baianas se aproveitaram dessa relativa abertura para que se fizessem ouvir no mundo machista dos anos 1930. Talvez um pouco de Lilith aparecesse por debaixo de Maria.

Sem dúvida, umas das maiores contribuições do livro é a elucidação dos intentos e do funcionamento da estrutura educacional da AIB na Bahia. Sabemos, por intermédio de Rosa Cavalaria, que a AIB, sendo um partido político e um movimento cultural ao mesmo tempo, aventurou-se a educar e abrir escolas por onde passou, embora nunca tenha desenvolvido uma “pedagogia verde”. As ações educacionais, portanto, oscilavam entre doutrinação política e introjeção cultural, e almejavam levar a redenção e o amadurecimento cultural a um povo infantilizado e ignorante, tendo a mulher como principal instrumento.

Na Bahia, através do funcionamento de um conjunto de escolas não padronizadas, em constante conflito com a interventoria local na década de 1930, a AIB buscou levar a alfabetização associada à doutrinação política. Nesse aspecto, a autora percebeu a ênfase sutil no discurso integralista quando se aproximaram as eleições de 1937: ao discurso qualitativo da “educação integral”, sobrepôs-se a busca meramente numérica de alfabetizados e doutrinados, ou seja, pessoas prontas para assinar seu nome e votar em Plínio no pleito.

Nesse ponto, desfaz-se uma das pilstras da representação que os camisas-

verdes veiculavam de si mesmos no aspecto da educação: a ideia de que o movimento estava acima das lutas meramente partidárias e se tratava de um projeto muito maior de despertar cultural, para além da transitória conquista do poder. Essa mudança reflete a própria transformação do movimento, que havia se tornado oficialmente um partido político no ano de 1935. Entre 1935 e 1937, portanto, acentuaram-se as ações e os discursos sobre a necessidade da alfabetização. E, num Estado com 80% de analfabetos, isso seria ainda mais importante.

No que concerne à assistência social, chamou-nos atenção no livro a questão das calamidades públicas, situações em que os integralistas baianos encampavam verdadeiro papel (mais discursivo que real) de defesa civil no Estado. Em *O Imparcial*, às notícias das chuvas

torrenciais e suas consequências seguiam-se fotografias de milicianos em uniforme prestando trabalhos de resgate, abrigo e sustento de vítimas. O que as fotografias não mostram, mas a autora não deixou de registrar, é que algumas ações assistenciais seguiam-se palestras de doutrinação política.

Em síntese, o livro *Integralismo na Bahia* apresenta uma análise relevante sobre a ação e as especificidades dessa Província da AIB, bem como as imagens sobre ela veiculadas pelo jornal oficioso *O Imparcial*. Tais imagens, como a historiadora frisou, buscavam transmitir um distanciamento da AIB em relação aos demais partidos políticos locais, na medida em que ilustravam um movimento altruístico, ordeiro e socialmente responsável, que não se imiscuía dos problemas em que o Estado não agia eficazmente.



Rafael Athaides

Doutorando em História
Universidade Federal do Paraná